



CONCURSO PÚBLICO NÍVEL SUPERIOR E MÉDIO

EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A

GF18 ANALISTA DE GESTÃO – CONTADOR: PROCESSO GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

CADERNO 3
GABARITO 3
APLICAÇÃO TARDE

Aplicação: 07/Fevereiro

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES

- 1 - A duração da prova é de 5 horas, já incluído o tempo de preenchimento do **cartão de respostas**.
- 2 - O candidato que, na primeira hora de prova, se ausentar da sala e a ela não retornar, será eliminado do processo seletivo.
- 3 - Os três últimos candidatos a terminar a prova deverão permanecer na sala e somente poderão sair juntos do recinto, após aposição em ata de suas respectivas assinaturas.
- 4 - **NÃO** Poderá levar o caderno de questões.

INSTRUÇÕES - PROVA OBJETIVA

- 1 - Confira atentamente se este caderno de perguntas, que contém **60** questões objetivas, está completo.
- 2 - Confira se seus dados e o cargo escolhido, indicados no **cartão de respostas**, estão corretos. Se notar qualquer divergência, notifique imediatamente o fiscal. Terminada a conferência, você deve assinar o cartão de respostas no espaço apropriado.
- 3 - Verifique se o número do Gabarito e do Caderno de Perguntas é o mesmo.
- 4 - Cuide de seu **cartão de respostas**. Ele não pode ser rasurado, amassado, dobrado nem manchado.
- 5 - Para cada questão objetiva são apresentadas cinco alternativas de respostas, apenas uma das quais está correta. Você deve assinalar essa alternativa de modo contínuo e denso.
- 6 - Se você marcar mais de uma alternativa, sua resposta será considerada errada mesmo que uma das alternativas indicadas seja a correta.

AGENDA

- 08/02/2010, divulgação do gabarito da Prova objetiva:
<http://concursos.biorio.org.br>
- 09 e 10/02/2010, recursos contra o gabarito da Prova Objetiva na Internet:
<http://concursos.biorio.org.br> até as 17h
- 24/02/2010, divulgação do resultado da análise dos recursos da Prova Objetiva.

Informações:

Tel: 21 3525-2480 das 9 às 18h

Internet:

<http://concursos.biorio.org.br>

E-mail:

trensurb2009@biorio.org.br

Posto de Atendimento:

Av. Ipiranga nº 1.090 (Colégio Estadual Protásio Alves)

9h às 12h e das 13h30min às 17h



LÍNGUA PORTUGUESA

Jornalismo: profissão específica ou atividade geral?

O que diferencia uma profissão de uma atividade geral? Esta não tem contornos nítidos ou precisos. Pode constituir-se de tarefas as mais diversas, todas relativamente simples. Para realizá-las, quase nunca é necessário um conhecimento mais aprofundado. Seu perfil impreciso permite que praticamente qualquer pessoa possa exercer uma atividade geral. Basta-lhe algum atributo físico ou mental, um pouco de prática, "um certo jeito para a coisa". Nessa constatação, não há menoscabo de sua relevância e nem diminuição da dignidade do trabalho exercido.

Uma profissão é diferente. Geralmente tem raízes em antigas atividades gerais que foram se especializando, com inúmeras tarefas, algumas mais simples, outras mais complicadas. Uma profissão caracteriza-se, fundamentalmente, por constituir um sistema articulado de funções específicas, complexas e complementares entre si. Por isso, sempre exige algum tipo de formação básica, preliminar ao seu exercício. Treinamento e prática são essenciais para complementar a formação; mas esta é indispensável. Atributos pessoais podem contribuir para formar um profissional melhor; mas essas qualidades não prescindem da formação. Há exceções, mas estamos tratando da regra geral.

As sociedades modernas desenvolveram sistemas formais de formação geral e específica em diversos graus e níveis, incumbidos de dar o preparo básico para o exercício de inúmeras profissões. Ao dar esse preparo, o sistema também dá um sinal, uma prova pública de que o preparo foi dado. Esse sinal é chamado de certificado ou diploma, e indica o grau e o nível da formação regular conferida.

Entre as antigas atividades gerais que foram se transformando em profissões específicas está a de jornalismo. Na sua essência, o jornalismo trata da informação. É uma profissão constituída de funções que se destinam a planejar e obter informações do mundo real - físico ou social -, organizar, estruturar e hierarquizar essas informações, explicá-las, analisá-las e interpretá-las, e apresentá-las e difundi-las através de diversos processos, utilizando-se de meios impressos, auditivos, visuais, geralmente combinados entre si.

Não é uma atividade geral, que qualquer um possa fazer. É um processo específico e complexo e que, por isso, exige formação especializada. A tendência histórica provável é que essa especialização aumente: cresce a complexidade tanto do mundo social e físico, que constitui o conteúdo das informações, quanto dos métodos de obtenção, registro e difusão das informações. Por isso modernamente o jornalismo necessita de formação especializada de nível superior; por isso é que surgiram, no interior dos sistemas escolares universitários, os cursos de jornalismo e seus diplomas. Não se trata de um "direito" dos formandos. Trata-se do direito de a sociedade exigir do profissional a prova da sua formação regular, escolar e superior específica.

Supor que outra formação não específica seja igual à de jornalismo significa negar o jornalismo como profissão específica e entendê-lo como atividade geral.

É claro que isso não tem nada a ver com o direito de ter e emitir opiniões. A essência do jornalismo é a informação. O direito de ter e difundir opiniões não é característica nem específica e nem exclusiva do jornalismo. Abarca um campo muito mais vasto, que é o da própria sociedade e do grau de democracia que ela comporta. Um jornal, uma revista, uma programação de rádio ou televisão, contém, além de jornalismo, muitas outras coisas, inclusive opiniões.

Qualquer pessoa deveria ser inteiramente livre para ter e difundir opiniões. Para isso, não precisa de diploma, certificado, sinal ou prova pública, requisito escolar, documento formal ou coisa alguma. Opinião por opinião, a de um bóia-fria analfabeto é tão legítima quanto a de um doutor em Filosofia ou Ciência Política. No Brasil, os meios de comunicação - jornais, revistas, rádios e TVs -, na sua imensa maioria, são propriedade ou do Estado ou de empresários privados. São esses proprietários que podem ou não, nesse sistema, autorizar a divulgação de opiniões em seus veículos. Isso nada tem a ver com jornalismo ou diploma de jornalismo. Nem o diploma de jornalismo, nem a regulamentação da profissão de jornalista impedem ou sequer dificultam o direito de qualquer um emitir e difundir opiniões. É o regime de propriedade dos meios de comunicação que tem a ver com a liberdade e o direito de divulgar opiniões.

Palhaços, idiotas e picaretas, isso os há em qualquer profissão, ou atividade, com ou sem diploma, entre empregados e entre patrões, dentro e fora da academia. E de muitos deles é o reino dos céus, tanto no céu quanto na terra.

(Adaptado de ABRAMO, Perseu. www2.fpa.org/portal/module/news/article)

01 - No texto, a diferença entre uma atividade geral e uma profissão reside no caráter:

- (A) Impreciso da primeira em oposição ao sistemático da segunda;
- (B) Amadorístico da segunda em oposição ao acadêmico da primeira;
- (C) Institucional da primeira em oposição ao marginal da segunda;
- (D) Libertário da segunda em oposição ao conservador da primeira;
- (E) Dispensável primeira em oposição ao essencial da segunda.

02 - Da leitura do penúltimo parágrafo depreende-se que:

- (A) Legitimidade de opinião não se restringe, mas é o diploma que garante direito à difusão;
- (B) Exercício de opinião é direito exclusivamente garantido a poucos;
- (C) Emissão de opinião é direito irrestrito, mas o acesso à difusão é controlado;
- (D) Escolarização superior é pressuposto para o exercício do amplo direito de opinar;
- (E) Regulamentação do jornalismo é meio de coibir a difusão de opiniões indevidas.

03 - A *regra geral* referida no segundo parágrafo está adequadamente proposta em:

- (A) A prática e o treinamento podem valer por um curso superior não concluído;
- (B) Atributos pessoais garantem a formação de um profissional prático;
- (C) Um bom jornalista deve ter atributos pessoais, formação e prática;
- (D) Qualquer pessoa jeitosa pode ser jornalista, mesmo que não tenha prática;
- (E) Treinamento, prática e atributos pessoais não substituem a formação acadêmica.

04 - No texto, o vocábulo *diplomas* (L.50) relaciona-se sinonimicamente a:

- (A) *liberdade* (L.79);
- (B) *registro* (L.45);
- (C) *difusão* (L.46);
- (D) *prova* (L.51);
- (E) *informação* (L.57).

05 - A figura de linguagem que expressa a intenção do articulista no último parágrafo do texto é:

- (A) Personificação;
- (B) Pleonismo;
- (C) Apóstrofe;
- (D) Sinestesia;
- (E) Ironia.

06 - Considere as afirmativas:

- I - A regulamentação da profissão garante à sociedade o exercício ético do jornalismo.
- II - A formação preliminar é decorrente da natureza complexa do jornalismo.
- III - Atividades opinativas são, por definição, a razão de ser do jornalismo.

De acordo com o texto, é correto o que se afirma apenas em:

- (A) III;
- (B) I e II;
- (C) II e III;
- (D) I;
- (E) II.

07 - A expressão *atividades gerais* só **NÃO** é retomada pelo pronome:

- (A) *lhe* (L.6);
- (B) *sua* (L.9);
- (C) *que* (L.12);
- (D) *Esta* (L.1);
- (E) *seu* (L.5).

08 - Na frase *Basta-lhe algum atributo físico ou mental*, a regência do verbo bastar é a mesma de:

- (A) O texto se organiza de forma clara e objetiva;
- (B) Exige-se atitude ética a todos os profissionais de imprensa;
- (C) Busca-se profissional experiente na área de jornalismo;
- (D) A sociedade respeita a quem exerce a profissão eticamente;
- (E) Convém debater a ideia da obrigatoriedade do diploma de jornalismo.

09 - O termo sublinhado tem função adjetiva em:

- (A) Direito de propriedade;
- (B) Formação do profissional;
- (C) Diploma de jornalismo;
- (D) Divulgação de notícia;
- (E) Complexidade do mundo.

10 - A frase *Há exceções, mas estamos tratando da regra geral* está de acordo com as regras de concordância verbal do padrão escrito culto. Isso **NÃO** ocorre no item:

- (A) No artigo em análise, trata-se de questões referentes ao jornalismo;
- (B) Faz meses que o texto foi publicado em jornal de grande circulação;
- (C) Sempre haverá de existir opiniões contrárias às veiculadas nos editoriais;
- (D) Nas redações, existem jornalistas especializados em todas as áreas;
- (E) Sem dúvida, devem haver meios de solucionar o impasse criado.

11 - Mantendo o sentido do texto, a palavra *menoscabo* (L.9) pode ser substituída por:

- (A) Depreciação;
- (B) Desperdício;
- (C) Demagogia;
- (D) Desconfiança;
- (E) Desvantagem.

12 - O acento indicativo de crase foi corretamente empregado apenas em:

- (A) Dirigi-me à pessoas que pareciam espertas;
- (B) Não se referia àquilo que gerou a polêmica;
- (C) Os estudantes dispuseram-se à colaborar;
- (D) Ninguém dá importância à reclamações;
- (E) Aquela loja não vende à prazo.

13 - Considerando o trecho iniciado por *A tendência histórica* e terminado por *difusão das informações* (L.42/46), os dois pontos poderiam ser perfeitamente substituídos pela conjunção:

- (A) Pois;
- (B) Embora;
- (C) Mal;
- (D) Entretanto;
- (E) Logo.

14 - A alternativa que **CONTRARIA** a colocação pronominal exigida ao padrão escrito culto é:

- (A) Seu editor, que é experiente, foi-se tomando de fúria ao ouvir tal disparate;
- (B) Não espera-se unanimidade de opiniões a respeito deste tema;
- (C) O colunista vai enviar-lhe os textos no início da semana;
- (D) O público a quem se destina a reportagem é leigo em medicina;
- (E) Dever-se-ia discutir esse tema o mais amplamente possível na universidade.

15 - A alternativa que mantém a correção gramatical e o sentido original da frase *Qualquer pessoa deveria ser inteiramente livre para ter e difundir opiniões* é:

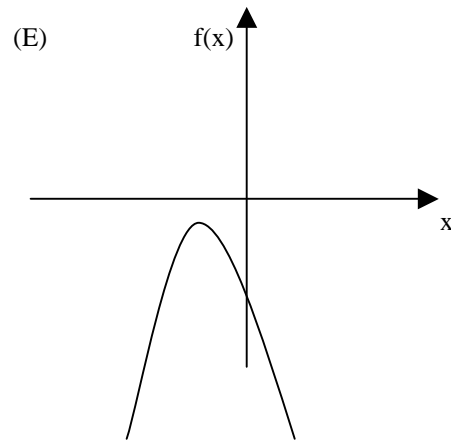
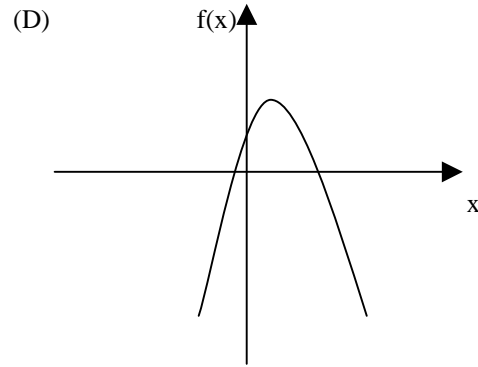
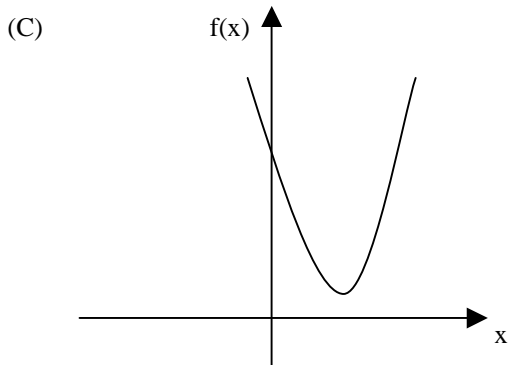
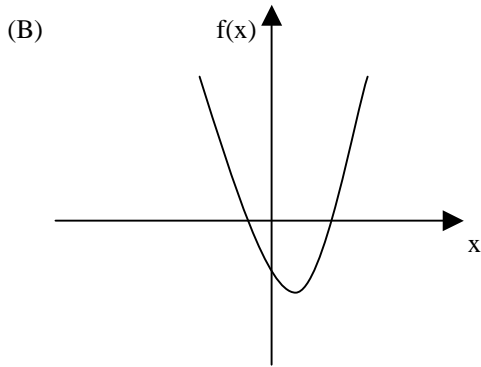
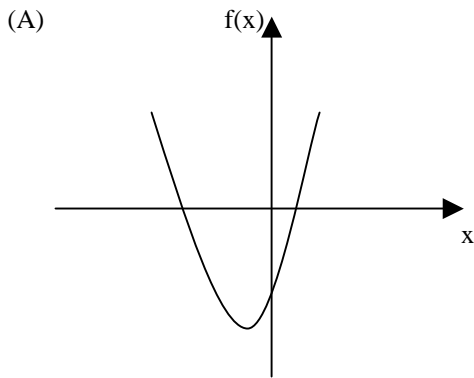
- (A) Inteiramente qualquer pessoa deveria ser livre para ter e difundir opiniões;
- (B) Qualquer pessoa inteiramente deveria ser livre para ter e difundir opiniões;
- (C) Qualquer pessoa deveria ser livre para ter e difundir inteiramente opiniões;
- (D) Qualquer pessoa deveria ser livre para ter e difundir opiniões inteiramente;
- (E) Qualquer pessoa deveria ser livre inteiramente para ter e difundir opiniões.

MATEMÁTICA

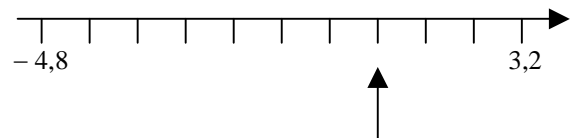
16 - O resultado de $5\sqrt{0,1}\sqrt{0,9}$ é:

- (A) 3,0
- (B) 4,5
- (C) 15,0
- (D) 0,045
- (E) 1,5

17 - O gráfico da função $f(x) = x^2 + 4x - 5$ é melhor representado por:



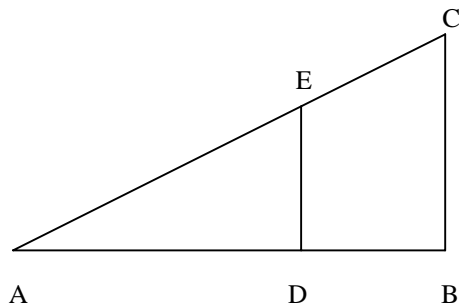
18 - Observe o segmento da reta numérica a seguir.



O número indicado pela seta é o:

- (A) 1,2
- (B) 1,4
- (C) 1,6
- (D) 0
- (E) 0,8

19 - Na figura a seguir o triângulo ABC é retângulo e o segmento DE é paralelo ao lado BC. A distância do ponto D ao ponto A é o dobro da distância do ponto D ao ponto B.



A área do trapézio DBCE é aproximadamente igual à seguinte porcentagem da área do triângulo ABC:

- (A) 55,6%
- (B) 66,7%
- (C) 77,8%
- (D) 36,6%
- (E) 50,0%

20 - Numa sala estão reunidos cinco técnicos e cinco engenheiros. Se duas pessoas distintas desse grupo são escolhidas ao acaso, a probabilidade de que ambos sejam técnicos é igual a:

- (A) $1/3$
- (B) $1/2$
- (C) $2/3$
- (D) $1/10$
- (E) $2/9$

21 - O preço de um produto sofreu um aumento de 15% num certo mês do ano passado. No início deste ano, com as boas vendas, o comerciante resolveu diminuir em 10% o preço praticado. Nesse caso, o preço inicial, antes do aumento, em relação ao preço final, após a redução, sofreu um aumento de:

- (A) 3,0%
- (B) 3,5%
- (C) 5,0%
- (D) 2,0%
- (E) 2,5%

22 - Seis amigos, três homens e três mulheres, devem sentar-se em seis cadeiras dispostas lado a lado em uma fileira de um cinema. O número de modos diferentes de as seis pessoas sentarem nesses seis lugares de modo que nem dois homens nem duas mulheres sentem lado a lado é igual a:

- (A) 36
- (B) 64
- (C) 72
- (D) 12
- (E) 24

23 - Os dados a seguir são as idades de dez pessoas:

32 35 27 56 42 19 21 23 54 21

A média e a mediana dessas idades são, respectivamente:

- (A) 32 e 38,5
- (B) 33 e 29,5
- (C) 32 e 31,5
- (D) 33 e 30,5
- (E) 34 e 36,5

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ATENÇÃO:

Com base nas contas extraídas do balancete da Cia CRF, responda às questões **24** e **25**:

Caixa	17.000,00
Capital Social	100.000,00
	160.000,00
Contas a Pagar de Curto Prazo	
	90.000,00
Duplicatas a Receber de curto prazo	
Estoques	120.000,00
	60.000,00
Financiamentos a Pagar de Longo Prazo	
Fornecedores	180.000,00
Prejuízos Acumulados	30.000,00
	150.000,00
Máquinas e Equipamentos	
	140.000,00
Participações em Outras Empresas	
Intangível	220.000,00
Reservas de Lucro	130.000,00
Reservas de Capital	90.000,00
	25.000,00
Provisão para contingências à longo prazo.	
Ações em tesouraria	38.000,00

24 - O ativo não circulante representa:

- (A) R\$ 120.000,00;
- (B) R\$ 128.000,00;
- (C) R\$ 151.000,00;
- (D) R\$ 137.000,00;
- (E) R\$ 147.000,00.

25 - O patrimônio líquido monta em:

- (A) R\$ 202.000,00;
- (B) R\$ 252.000,00;
- (C) R\$ 151.000,00;
- (D) R\$ 282.000,00;
- (E) R\$ 197.000,00.

26 - O montante do passivo não circulante representa:

- (A) R\$ 137.000,00;
- (B) R\$ 150.000,00;
- (C) R\$ 151.000,00;
- (D) R\$ 265.000,00;
- (E) R\$ 85.000,00.

27 - De acordo com a resolução nº 750/93, do C.F.C Conselho Federal de Contabilidade, o patrimônio de uma entidade jamais pode ser confundido com aqueles dos seus sócios ou proprietários, para não perder autonomia patrimonial. Esse princípio é o da :

- (A) prudência;
- (B) entidade;
- (C) competência;
- (D) continuidade;
- (E) continuidade.

28 - Considere os dados a seguir referentes ao balanço patrimonial resumido de uma empresa no final de um determinado ano: Ativo Permanente - 350,00; Caixa - 100,00; Contas a Pagar - 150,00; Contas a Receber - 300,00; Estoques - 250,00; Exigível L. Prazo - 300,00; Salários a Pagar - 50,00. O patrimônio líquido dessa empresa é de:

- (A) R\$ 1.500,00;
- (B) R\$ 2.000,00;
- (C) R\$ 3.000,00;
- (D) R\$ 1.000,00;
- (E) R\$ 500,00.

ATENÇÃO:

Os dados a seguir referem-se às questões **29** e **30**:

Uma empresa industrial fabricante de três produtos, A, B, C, teve os custos diretos e indiretos apresentados na tabela a seguir. Os custos indiretos são rateados na mesma proporção em que os produtos citados consumiram de custos diretos.

Produtos	Custos Diretos
	\$
A	270.000
B	420.000
C	340.000
Total	1.030.000

Nota: O total dos custos indiretos no período foi de R\$ 385.000,00.

29 - Os custos indiretos do produto "B" correspondem a:

- (A) R\$ 385.000,00;
- (B) R\$ 370.928,00;
- (C) R\$ 157.003,00;
- (D) R\$ 337.000,00;
- (E) R\$ 1.415.000,00.

30 - A soma dos custos diretos e indiretos totaliza:

- (A) R\$ 1.415.000,00;
- (B) R\$ 760.000,00;
- (C) R\$ 370.928,00;
- (D) R\$ 337.000,00;
- (E) R\$ 1.500.000,00.

31 - De acordo com a legislação tributária no Brasil, a base de cálculo do Lucro Real é resultado:

- (A) fiscal gerencial;
- (B) gerencial contábil;
- (C) do fluxo contábil;
- (D) tributável;
- (E) contábil.

32 - O sistema da contabilidade pública que evidencia em seus registros, o montante dos créditos orçamentários vigentes, a despesa empenhada e a despesa realizada a conta dos mesmos créditos e as dotações disponíveis é o:

- (A) orçamentário;
- (B) compensado;
- (C) extra-orçamentário;
- (D) financeiro;
- (E) patrimonial.

33 - Indique a opção que represente o lançamento contábil a seguir:

D: Créditos Orçamentários Disponíveis
C: Créditos Empenhados a Liquidar

- (A) previsão da despesa;
- (B) empenho da despesa;
- (C) fixação da despesa;
- (D) orçamento inicial da despesa;
- (E) liquidação da despesa.

34 - O ente da federação que deixa de incluir no seu orçamento despesas em favor da União, em razão de deduzi-las das receitas a receber da União, incorre no descumprimento do princípio orçamentário do(a):

- (A) unidade;
- (B) exclusividade;
- (C) não afetação da receita;
- (D) orçamento bruto;
- (E) equilíbrio.

35 - Ao final de um bimestre, se verificado que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público deverão:

- (A) reduzir as despesas com a amortização e juros da dívida fundada e consolidada, exceto aquelas relativas a dívida mobiliária interna e aos financiamentos de organismos internacionais para investimentos;
- (B) reavaliar o plano plurianual para deduzir os investimentos de longo prazo não prioritários, segundo os critérios estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, com a autorização do Tribunal de Contas;
- (C) reprogramar as despesas com investimentos de longo prazo, prorrogando o prazo de execução, excluídas aquelas que atendem a áreas inseridas nos bolsões de pobreza, de acordo com as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- (D) promover por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias;
- (E) rever a previsão da receitas orçamentárias para adequá-las ao montante das despesas programadas para cada um dos poderes e órgãos da administração pública, de acordo com critérios definidos no plano plurianual.

36 - O crédito adicional cuja autorização legislativa poderá constar na própria lei do orçamento, caracterizando uma exceção ao princípio orçamentário da exclusividade é o:

- (A) orçamentário;
- (B) compensativo;
- (C) suplementar;
- (D) especial;
- (E) extraordinário.

37 - A tabela a seguir contém receitas orçamentárias e extra-orçamentárias.

RECEITAS	VALORES
Alienação de bens	6.000
Aluguel de imóveis	2.000
Amortização da dívida	6.000
Aplicações financeiras	1.000
Cauções recebidas	2.000
Cota parte da CIDE	2.000
Cota parte royalties de Petróleo	3.000
Cofins	2.000
Depósitos judiciais	1.000
Fundo de participação dos estados (FPE)	5.000
ICMS	6.000
Imposto de renda	8.000
Inscrição de despesas em restos a pagar	6.000
IPVA	3.000
ISS	5.000
Operações de crédito	7.000
PIS	1.000
Recebimento da dívida ativa	3.000
Taxa de incêndio	3.000

Os valores das receitas correntes e de capital são respectivamente:

- (A) 45.000 e 13.000;
- (B) 41.000 e 20.000;
- (C) 38.000 e 12.000;
- (D) 42.000 e 21.000;
- (E) 44.000 e 19.000.

38 - A fase do inventário que compreende a coleta de dados sobre todos os elementos ativos e passivos do patrimônio sendo subdividida nas etapas de identificação, grupamento e mensuração, é denominada:

- (A) levantamento;
- (B) reavaliação;
- (C) tombamento;
- (D) arrolamento;
- (E) avaliação.

39 - De acordo com a norma de contabilidade aplicada ao setor público aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade, que trata das demonstrações contábeis (NBC T 16.7), os novos demonstrativos contábeis que deverão ser elaborados pelas entidades inseridas no campo de aplicação da contabilidade pública, são:

- (A) Demonstração do Fluxo das Receitas/Despesas e Balanço Patrimonial Consolidado;
- (B) Demonstração das Variações Econômicas e Balanço Financeiro Orçamentário;
- (C) Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Resultado Econômico;
- (D) Demonstração da Gestão Fiscal e Demonstração da Execução Orçamentária;
- (E) Demonstração do Resultado do Financeiro e Demonstração do Resultado Orçamentário.

40 - Constitui cláusula obrigatória dos contratos administrativos, de acordo com a Lei Federal 8666/93:

- (A) a obrigação do contratado de manter, até o início da execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- (B) o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data da apresentação da proposta e do efetivo pagamento;
- (C) as garantias obrigatoriamente exigidas para assegurar a plena execução do contrato, bem como os direitos e as responsabilidades do contratado, as penalidades cabíveis e os valores das multas;
- (D) o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação contábil, financeira e categoria econômica;
- (E) a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor.

ATENÇÃO:

Com base nos dados contábeis da Cia Fabelleluw, a seguir, responda às questões **41**, **42** e **43**:

ATIVO	PASSIVO
Disponib. 900.000	Circulante- 400.000
Estoques- 1.200.000	Exig. Longo Prazo- 2.000.000
Real.Longo Prazo- 500.000	Patrim.Líquido- 900.000
Imobilizado- 700.000	
Total - 3.300.000	3.300.000

41 - A liquidez imediata representa:

- (A) 2,25;
- (B) 2,80;
- (C) 3,25;
- (D) 5,25;
- (E) 1,08.

42 - A liquidez corrente:

- (A) 2,25;
- (B) 2,80;
- (C) 3,25;
- (D) 5,25;
- (E) 1,08.

43 - A garantia de capital de terceiros a Longo Prazo, representa:

- (A) 3,25;
- (B) 0,90;
- (C) 1,25;
- (D) 0,45;
- (E) 2,25.

44 - De acordo com a Resolução 1.111/07, do CFC-Conselho Federal de Contabilidade, o princípio da Entidade se afirma, para o ente público, pela autonomia e responsabilização do patrimônio a ele pertencente. Já a autonomia patrimonial tem origem na destinação social do patrimônio e a responsabilização pela:

- (A) obrigatoriedade relativa da prestação de contas pelos agentes públicos;
- (B) obrigatoriedade parcial da prestação de contas pelos servidores públicos;
- (C) obrigatoriedade da prestação de contas pelos agentes públicos;
- (D) obrigatoriedade da prestação de contas pela sociedade;
- (E) obrigatoriedade da prestação de contas pelos servidores públicos.

45 - O CFC-Conselho Federal de Contabilidade descreve que o registro compreende os elementos quantitativos e qualitativos, contemplando os aspectos físicos e monetários. Isso ocorre em função da aplicação do princípio da:

- (A) entidade;
- (B) essência;
- (C) atualização monetária;
- (D) competência;
- (E) oportunidade.

46 - A legislação societária atual estabelece que: "Serão classificadas, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo. A classificação referida é referente a:

- (A) investimentos;
- (B) avaliação patrimonial;
- (C) ajustes de avaliação patrimonial;
- (D) ações em tesouraria;
- (E) reserva de incentivos fiscais.

47 - Observe a relação de contas extraídas dos livros contábeis da Cia Isalu, a seguir:

Contas	Saldos
Reservas de capital	110.500,00
INSS a Recolher	65.799,00
Reserva Legal	7.600,00
Adiantamento de Clientes	8.800,00
Capital Social	155.200,00
Ações em Tesouraria	290.700,00
Investimento Permanente	301.500,00
Reserva de Incentivos Fiscais	205.200,00
ajustes de avaliação patrimonial (Sd devedor)	150.850,00
Investimento em Ações Temporárias	215.500,00

O Patrimônio Líquido, de acordo com a Legislação Societária vigente, é de:

- (A) R\$ 478.500,00;
- (B) R\$ 327.650,00;
- (C) R\$ 46.950,00;
- (D) R\$ 920.050,00;
- (E) R\$ 36.950,00.

48 - O produto da alienação de partes beneficiárias e bônus de subscrição serão classificados como:

- (A) reserva legal;
- (B) reserva de ajustes patrimoniais;
- (C) reserva de capital;
- (D) reserva de incentivos fiscais;
- (E) reserva de reavaliação.

CONHECIMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

49 - Os órgãos públicos classificam-se de acordo com a situação estrutural em:

- (A) diretos e indiretos;
- (B) singulares e coletivos;
- (C) instrutivos e deliberativos;
- (D) executivos e normativos;
- (E) diretivos e subordinados.

50 - A classificação dos atos administrativos obedece a variados critérios. Segundo o critério da liberdade de ação, os atos podem ser:

- (A) vinculados e discricionários;
- (B) constitutivos e declaratórios;
- (C) revogáveis e irrevogáveis;
- (D) gerais e individuais;
- (E) de império e de gestão.

51 - O contrato administrativo pelo qual a administração pública transfere à pessoa jurídica ou a consórcio de empresas a execução de certa atividade de interesse público remunerada através do sistema de tarifas pagas pelos usuários é:

- (A) concessão de serviço público especial;
- (B) cessão de uso de bens públicos comuns;
- (C) concessão de serviço público comum;
- (D) permissão de uso de bens públicos especiais;
- (E) cessão de uso de serviços públicos comum.

52 - A Lei Federal 8666/93 estabelece que as compras, sempre que possível, deverão:

- (A) ser subdivididas em tantas parcelas quantas necessárias para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando alcançar o menor preço, mesmo com prejuízo da quantidade do material;
- (B) balizar-se pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública, e caso tenham sido processadas pelo sistema de registro de preços o prazo de validade será por dois anos;
- (C) submeter-se às condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado, ficando a administração obrigada a firmar contratos com as empresas vencedoras do registro de preços;
- (D) ser processadas através de sistema de registro de preços, que deverá ser realizado por meio de licitação na modalidade de tomada de preços, do tipo menor preço;
- (E) atender ao princípio da padronização, que imponha compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas.

53 - Compreende caso de inexigibilidade de licitação, de acordo com a Lei 8666/93:

- (A) para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípua da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado;
- (B) para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;
- (C) na contratação de fornecimento ou suprimento de energia elétrica e gás natural com concessionário, permissionário ou autorizado, segundo as normas da legislação específica;
- (D) quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas;
- (E) quando houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos em decreto do Presidente da República, ouvido o Conselho de Defesa Nacional.

54 - A respeito dos contratos administrativos, a Lei Federal 8666/93 estabelece que:

- (A) a critério da autoridade competente, em cada caso, mesmo sem previsão no instrumento convocatório, poderá ser exigida prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras;
- (B) o instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, e facultado nas dispensas e inexigibilidades de licitação independentemente do seu valor;
- (C) os contratos poderão ser alterados, com as devidas justificativas, unilateralmente pela Administração, quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- (D) a duração dos contratos administrativos ficará adstrita à vigência dos créditos orçamentários, ressalvadas as exceções previstas na lei;
- (E) os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, em qualquer situação.

55 - São deveres fundamentais do servidor público, de acordo com o Decreto n.º 1.171/94, EXCETO:

- (A) resistir a todas as pressões de superiores hierárquicos, de contratantes, interessados e outros que visem obter quaisquer favores, benesses ou vantagens indevidas em decorrência de ações imorais, ilegais ou aéticas e denunciá-las
- (B) ser cortês, ter urbanidade, disponibilidade e atenção, respeitando a capacidade e as limitações individuais de todos os usuários do serviço público, sem qualquer espécie de preconceito ou distinção de raça, sexo, nacionalidade, cor, idade, religião, cunho político e posição social, abstando-se, dessa forma, de causar-lhes dano moral;
- (C) exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral ao usuário;
- (D) ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem individual;
- (E) jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

56 - Considere os seguintes padrões e tecnologias de conectividade de periféricos:

- I - IDE
- II - SATA
- III - SCSI

Das opções listadas, a(s) que permite(m) a conexão de discos rígidos é(são):


- (A) apenas III;
- (B) apenas II e III;
- (C) I, II e III;
- (D) apenas I;
- (E) apenas II.

57 - No sistema operacional Windows XP, ao se “arrastar” um arquivo com o botão esquerdo do mouse de uma pasta para outra pasta que esteja vazia, no mesmo volume de disco, ocorrerá o seguinte resultado:

- (A) o arquivo será copiado para a pasta destino;
- (B) o arquivo será removido sem ser colocado na Lixeira (Recycle Bin);
- (C) o nome da pasta destino será modificado para o nome da pasta origem;
- (D) o arquivo passará a ser não visível (*hidden*);
- (E) o arquivo será movido para a pasta destino.

58 - Ao se instalar de forma completa o pacote Microsoft Office 2003 em um microcomputador que esteja executando o sistema operacional Windows XP, uma das extensões de arquivos que ficará associada ao programa Excel será:

- (A) .exc;
- (B) .xls;
- (C) .off;
- (D) .doc;
- (E) .pps.

59 - O ícone , que faz parte do Word 2003, ao ser aplicado sobre um trecho selecionado de texto executa a seguinte função:

- (A) numera as linhas pares;
- (B) remove espaços em branco repetidos;
- (C) ordena as palavras em ordem alfabética;
- (D) alinha o texto à esquerda;
- (E) numera as linhas ímpares.

60 - O “Histórico” do navegador (*browser*) Windows Internet Explorer armazena as seguintes informações:

- (A) usuários que fizeram executaram o Internet Explorer recentemente;
- (B) versões do Internet Explorer que estão disponíveis neste computador;
- (C) registro de consumo de memória e CPU do Internet Explorer;
- (D) atualizações recentes baixadas via Windows Update;
- (E) lista de sites (páginas) visitadas recentemente.



Concursos

BIORIO CONCURSOS

Av. Carlos Chagas Filho, 791 - Cidade Universitária - Ilha do Fundão – RJ

Central de Atendimento: (21) 3525-2480

Internet: <http://concursos.biorio.org.br>

E-mail: trensurb2009@biorio.org.br